

Extensão Universitária como mecanismo de efetivação dos direitos da criança e do adolescente em Manaus.

Palavras-chave: Extensão Universitária, direitos, criança e adolescente

Hellen Bastos Gomes
Márcia Irene Andrade Mavignier
Isabel Dalila da Silva Pinto
Marilaine Queiroz de Oliveira

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8069/1990), constituíram o marco legal para a consolidação dos direitos da criança e do adolescente, pois é a partir dessas normativas que a infância passa a ser vista como “pessoas em condições peculiares de desenvolvimento” e “sujeitos de direitos”, e como preconiza o artigo 4º do ECA, “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público garantir com absoluta prioridade”, os direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Sob o paradigma da proteção integral de que trata o ECA, atender, intervir e acompanhar a criança e o adolescente durante o seu desenvolvimento implica tratar este segmento com prioridade absoluta, a partir da qual a criança e o adolescente passam a ser respaldados por um Sistema de Garantia de Direitos, cujos princípios basilares são: a) máxima priorização da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes (prioridade absoluta); b) a descentralização político-administrativa; e c) a participação da população.

A Proteção Integral corresponde ao conjunto de normas e princípios estabelecidos na Convenção Internacional dos Direitos da Criança. O que significa que essa doutrina deve garantir o direito prescrito em cada país signatário da Convenção quando estes forem omissos no tocante às normas de proteção, por abuso ou violação de direitos. Essa doutrina representa um novo paradigma no âmbito de direitos, pois cria vínculos normativos para assegurar a efetividade aos direitos de crianças e adolescentes.

Nesta perspectiva de proteção integral, amplia-se no Brasil a visão da criança e do adolescente reconhecidos como “sujeitos de direitos” e em “condição peculiar de desenvolvimento”, sendo salvaguardados de ameaças e/ou violações.

Segundo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2011) nesse período é necessário a garantia dessa proteção pois: “a infância e adolescência são fases de oportunidades na vida, fases de aprendizados e descobertas”.

Ressaltamos que, o Sistema de Garantia de Direitos está interligado aos órgãos de proteção social, ligadas as políticas sociais, entre elas destacamos a Educação como instrumento para assegurar os direitos das crianças e adolescentes. Assim, a escola pública, se torna um espaço de intervenção importante no que se refere ao processo de socialização, discussão e orientação quanto aos direitos garantidos no âmbito do ECA. Esses espaços de ensino são desafiados a construir uma educação voltada a efetivação de direito e de cidadania. Abordar o ECA na escola permite que a mesma constitua uma formação cidadã das crianças e adolescentes permitindo então, uma cidadania ativa onde a construção do conhecimento é feita não somente pelo professor, mas por toda sociedade.

Nesse sentido, o Programa Observatório dos Direitos da Criança e do Adolescente – PRODECA, nasceu com o objetivo de ser um espaço de ensino, pesquisa e extensão universitária para a difusão, promoção, defesa, proteção e garantia dos direitos da infância e juventude em Manaus, configurando-se como *lócus* de disseminação de informação para o público infanto-juvenil sobre os direitos de cidadania, através da realização de oficinas socioeducativas e do registro sistemático das principais violações que afetam esse segmento na cidade de Manaus.

Enquanto espaço de extensão universitária, articula o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre universidade e sociedade, constituindo uma “porta” para a discussão e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes, bem como representa um caminho possível para a melhoria das condições de vida das populações e, conseqüentemente, para a inclusão social.

Exposto isso, argumenta-se que um dos portais de alcance das relações entre a universidade e a sociedade é, sem dúvida, a extensão universitária, visto que a extensão se constitui em um espaço privilegiado em *prol* da democratização e construção do conhecimento impregnado pela retroalimentação dos saberes, de um conhecimento vivo construído, elaborado e reelaborado em movimento.

Nessa esteira, o PRODECA atuou em 2022 e 2023 com ações na rede

estadual e municipal de ensino levando ações e informações acerca dos direitos da criança e do adolescente como: PRODECA VAI A ESCOLA: disseminando os direitos da criança e do adolescente na cidade de Manaus e PRODECA FAZ BONITO: Oficinas de Combate a exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Cidade de Manaus.

O PRODECA VAI A ESCOLA realizou oficinas sobre: sexualidade na adolescência, gravidez e Infecções Sexualmente Transmissível, fortalecendo as ações desenvolvidas no âmbito educação, com a intenção de aproximar a universidade da sociedade construindo uma via de mão dupla. O projeto atendeu as necessidades da SEDUC e dos alunos do Ensino Médio, na perspectiva de garantir condições de acesso ao direito e informação; atingiu o quantitativo de 500 alunos das várias série do Ensino Médio e 16 pais no CAIC; Propiciou aos alunos extensionistas uma formação acadêmica, voltado para a intervenção nas diferentes manifestações da questão social com vistas a contribuir com a redução das desigualdades e injustiças sociais, autonomia dos sujeitos e do acesso a direitos.

PRODECA FAZ BONITO teve por finalidade discutir de forma clara e real a questão da prática da violência sexual e seu desdobramento, o abuso sexual que é entendido como produto das desigualdades, agregada à violência estrutural, manifestada pela dominação do adulto sobre a criança e o adolescente. O entendimento dessa totalidade é um movimento de luta e combate em uma sociedade que não consegue enxergar os males que a máquina vem operando sobre a sociedade, agredindo de forma cruel nossas criança/adolescente, desnudando sua pureza e acabando com seus sonhos. O projeto atendeu as necessidades da SEDUC e SEMED, atendendo em torno de 600 alunos; As oficinas levaram o conhecimento da diferenciação entre o abuso e exploração sexual como forma distintas; O entendimento que tanto as crianças quanto os adolescentes são “donos” de seu corpo e devem dizer “NÃO” à essa prática abusiva; Levou ainda o conhecimento dos espaços onde devem ser feito as denúncias.

Por fim, o PRODECA com extensão universitária vem construindo um terreno profícuo para o desenvolvimento de pesquisa, pois é um espaço de intervenção, diálogo entre saberes que germinará inúmeras questões de pesquisa e artigos científicos, que qualificar as ações desenvolvidas no Programa, o que possibilita a articulação da Extensão Universitária com as Políticas Públicas.